

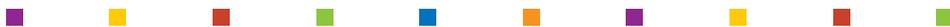
# Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil

Eduardo Guimarães



Ministério  
da Educação





**Linguagem e letramento** em foco  
Língua portuguesa

# Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil

---

Eduardo Guimarães

*Doutor em Letras pela USP*

*Professor Titular de Semântica do Departamento de  
Linguística do IEL/Unicamp*



**Ministério  
da Educação**



© Cefiel/IEL/Unicamp, 2005-2010

É proibida a reprodução desta obra sem a prévia autorização dos detentores dos direitos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Presidente: LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Educação: TARSO GENRO

Secretário de Educação Básica: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES

Diretora do Departamento de Políticas da Educação

Infantil e Ensino Fundamental: JEANETE BEAUCHAMP

Coordenadora Geral de Política de Formação: LYDIA BECHARA

Cefiel - Centro de Formação de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem\*

Reitor da Unicamp: Prof. Dr. José Tadeu Jorge

Coordenação do Cefiel: Angela B. Kleiman

Coordenação da coleção: Angela B. Kleiman

Coordenação editorial da coleção: REVER - Produção Editorial

Projeto gráfico, edição de arte e diagramação: A+ comunicação

Revisão: REVER - Produção Editorial; Elizabeth B. Frizzo

\* O Cefiel integra a Rede Nacional de Centros de Formação Continuada do Ministério da Educação.

Impresso em setembro de 2005.



# Sumário

**Introdução / 5**

**Línguas e espaço de enunciação / 8**

**O espaço de enunciação brasileiro / 13**

**Línguas do Brasil, civilização e cultura / 16**

**A diversidade do Português do Brasil / 19**

**Conclusão / 26**

## **Apêndice I**

**O Português como língua nacional do Brasil — Um parecer de eruditos / 29**

Deslizamento enunciativo e performatividade / 29

Argumentos para uma língua nacional / 31

Conclusão / 37

## **Apêndice II**

**Denominação do idioma nacional do Brasil — O Parecer / 39**

Breve retrospecto histórico / 40

Considerações lingüísticas / 41

Conclusão / 44

**Bibliografia / 45**



# Introdução

Como falantes do português no Brasil, e mesmo como professores, estamos, de algum modo, envolvidos numa certeza: o Brasil tem uma língua: o português do Brasil. Não estou dizendo que não saibamos que no Brasil existem diversos povos indígenas que falam suas línguas, que o Brasil é um país que recebeu grande quantidade de imigrantes que para cá vieram com suas línguas etc. O que estou dizendo é que funcionamos, como falantes e como professores, como se o português fosse a língua do Brasil, independentemente das condições com que o português do Brasil convive na história e geografia brasileiras.

O que pretendo neste texto é discutir aspectos ligados ao português do Brasil, levando decisivamente em conta que este é um país multilíngüe.

Há um outro aspecto que funciona paralelamente a esse e que (em geral) é tomado de uma maneira (às vezes) até mais automática. Se considerarmos só a questão da língua portuguesa, tanto como falantes quanto como professores, funcionamos por algo que nos parece, agora sim, uma certeza: a língua portuguesa é *una* e é falada por todos os brasileiros como uma língua

única. É a partir dessa certeza que, como professores, nos vemos na posição de corrigir o que escrevem nossos alunos, e o que nós mesmos escrevemos. O que estou dizendo não é que não devamos “interferir” nos textos de nossos alunos. Estou, sim, dizendo que essa atitude didaticopedagógica não deveria estar determinada por aquela certeza a que há pouco me referi. Até porque o português não é uma língua una, como nenhuma língua é una. A língua portuguesa, como qualquer outra, é dividida de diversos modos.

O objetivo deste texto é discutir, a partir de uma posição histórica, a questão da política das línguas e propor, ao final, uma direção no sentido de termos elementos orientadores da ação do professor para que ele possa lidar adequadamente com esse conjunto de aspectos.

Antes de passarmos à frente, gostaria de lembrar que o que trato aqui como divisão da língua é tratado de outros modos, de um

lado pela sociolingüística e de outro pela lingüística histórica. A **sociolingüística**, de sua parte, considera que uma língua é variável, ou seja, faz parte de qualquer língua o que essa disciplina considera a variação das formas lingüísticas. Essa variação é determinada pelas diferenças sociais entre os diversos grupos sociais, caracterizados por aspectos como nível de escolaridade, idade, sexo, condições econômicas e outros. Essas variações podem também ser de caráter regional. A lingüística histórica considera que uma língua muda no tempo. Essa mudança não se dá de modo homogêneo, notadamente porque uma língua convive com outras línguas, em momentos diferentes e em lugares diferentes.

**Sociolingüística.** Disciplina lingüística que tem como objeto o estudo da variação lingüística. Essa variação pode ser regional (no espaço), social (entre grupos sociais diferentes), de geração (diferenças na língua de falantes de idades diferentes), de gênero (diferenças na língua de falantes de sexos diferentes). Um outro aspecto também considerado é o que se costuma chamar de variação *estilística*, como a que há entre a linguagem oral e a linguagem escrita, por exemplo.

Isso resulta em transformações da língua em direções diversas.

Diante de aspectos como os tratados na forma anteriormente colocada, tomamos uma posição que dela se diferencia. Para minha posição, segundo a qual uma língua se divide, ou seja, é sempre dividida, esta não-homogeneidade da língua pode ser tratada enunciativamente, como veremos a seguir, e esse tratamento enunciativo, por sua vez, é necessariamente político. Ou seja, o que esta posição considera é que os aspectos políticos envolvidos não são acrescentados à língua por razões sociais. Para minha posição, o que de social determina esse funcionamento das línguas é parte do próprio funcionamento. Em outras palavras, as línguas funcionam politicamente e isso as divide. Para melhor colocação desses aspectos, passemos à caracterização do que chamo *espaço de enunciação*.

**Linguística histórica.** Disciplina linguística que se ocupa das mudanças que sofrem as línguas no decorrer do tempo.

# Línguas e espaço de enunciação

**I**nicialmente o espaço de enunciação pode ser definido como o espaço de relações entre línguas diversas e seus falantes.

Enquanto falantes, estamos todos, no dia-a-dia, afetados pela linguagem. Falando (e escrevendo), nos comunicamos com pessoas, seja nas relações pessoais ou nas relações profissionais; falamos das coisas que nos cercam, pelos mais diversos interesses; discutimos assuntos pessoais, públicos e políticos, tentando convencer nossos interlocutores de nossas posições; relacionamo-nos afetivamente; refletimos sobre as mais variadas coisas; fazemos literatura e tantas outras coisas... Toda essa diversidade de funcionamento das línguas tem sido, no decorrer da história da humanidade, tratada de modo normativo, filosófico, científico, místico.

Um aspecto histórico do funcionamento das línguas é que elas funcionam sempre em relação a outras línguas. Por outro lado, as línguas são sempre divididas e é por isso que se tornam, historicamente, outras.

No Brasil o conhecimento sobre a língua portuguesa teve um papel muito particular na segunda metade do século XIX. Naquele momento, e principalmente na década de 1880, como parte de um

movimento intelectual que procurava constituir o pensamento brasileiro afastando-o da influência única de Portugal, os estudos sobre o português no Brasil fizeram parte de um movimento que procurou estabelecer a diferença entre o português do Brasil e o de Portugal e teve, assim, papel decisivo na **constituição da nacionalidade brasileira**. Esses estudos tomaram a forma específica de gramáticas e dicionários brasileiros e, na forma de um conhecimento descritivo e normativo, fizeram parte da constituição de nosso imaginário de língua nacional para o Brasil. Em outras palavras, as gramáticas e dicionários brasileiros produzidos por brasileiros, mesmo que não marcassem diferenças específicas entre o português do Brasil e o de Portugal, funcionaram como uma forma de a recém-constituída nação brasileira se apropriar de uma língua como sua e demonstrar conhecimento sobre ela, independentemente do que os gramáticos portugueses dela falavam. Isso é marcado, naquele momento, por uma crítica generalizada dos gramáticos brasileiros ao pensamento dominante aqui por influência de Portugal, representado principalmente pela *Gramática Filosófica* de Jerónimo Soares Barbosa.

As línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas. Um aspecto fundamental nessas condições é que elas funcionam sempre em relação a outras línguas. E elas se dividem sempre e é por isso que se tornam, historicamente, outras. Em outras palavras, pelo fato de funcionarem sempre em relação com outras línguas, as línguas se modificam, tornando-se outras em dois sentidos, pelo menos: ou se tornam outras línguas, como o que ocorreu, por exemplo, com o latim, que acabou por se transformar nas diversas línguas latinas, como o português, o espanhol etc., ou se tornam outras porque, mesmo sendo ainda a mesma língua (o português, por exemplo), já não são exatamente



Veja, sobre esse assunto, entre outros, Guimarães e Orlandi (orgs.), (1996); Orlandi (org.), (2001); Orlandi e Guimarães (orgs.), (2002); Orlandi, (2002) e Guimarães (2004).

a mesma, porque dividiram suas formas, suas expressões, seus modos de dizer de um modo não existente até um certo momento. Podemos, por exemplo, pensar em situações muito particulares para exemplificar isso. Consideremos o fato de que na história da formação da cidade de Londrina, no norte do Paraná, pessoas de diversas regiões do Brasil passaram a conviver cotidianamente num mesmo lugar. Isso, por si, pode levar a existir naquela região uma nova divisão do português até então inexistente. Assim, o português do Brasil, que já era dividido pelas diferenças nas diversas regiões do país, passa a ter uma nova divisão. E em virtude dessa nova divisão, o português do Brasil, mesmo sendo ainda o português do Brasil, passa a ser outro, passa a ser diferente.

Isso mostra a necessidade de considerar os aspectos sociais próprios do funcionamento das línguas. Para tratar deste aspecto, vou apresentar o conceito de **espaço de enunciação**. Para

mim, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes, ou seja, línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao

contrário, são objetos históricos e, enquanto tais, estão relacionadas àqueles que as falam. Não haveria língua portuguesa sem falantes dessa língua. Por sua vez, a existência das pessoas está sempre relacionada ao fato de que elas falam tal língua e de tal modo. O espaço de enunciação é o lugar da atribuição das línguas para seus falantes. E cada espaço de enunciação tem uma regulação histórica específica, ou seja, distribui as línguas que estejam em relação em condições históricas específicas, de um modo particular.

Com esse tipo de consideração, colocamos no centro de interesse um aspecto fundamental do funcionamento das línguas: elas estão constitutivamente ligadas ao processo de identificação social dos grupos humanos, ou seja, como disse anteriormente, as



Sobre o conceito de espaço de enunciação, veja também Guimarães (2002).

línguas não são abstratas e as pessoas sempre falam uma língua e de um certo modo. Em outras palavras, as pessoas não falam uma língua sempre do mesmo modo. E essas diferenças entre como as línguas constituem seus falantes fazem parte do processo social de identificação dos sujeitos. É importante considerar aqui que esse processo de identificação aponta para o fato de que as identidades são, elas também, históricas e não podem se reduzir a uma marca de origem que deve ser mantida necessariamente para sempre.

Tal como fiz em Guimarães, 2005, para falar dessa distribuição das línguas para seus falantes, vou considerar aqui algumas categorias normalmente usadas de modo tácito e não-definido (como se fossem evidentes para todos e do mesmo modo). Vou apresentar cada uma das categorias e dar a elas uma definição provisória, cuja compreensão pode ser desenvolvida melhor em outra ocasião.

- ▶ **Língua materna:** é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nascem a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes.
- ▶ **Língua franca:** é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercurso comum.
- ▶ **Língua nacional:** é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo.
- ▶ **Língua oficial:** é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais.

Pode-se ver que as duas primeiras categorias — língua materna e língua franca — tratam das relações cotidianas entre falan-

tes; as duas seguintes — língua nacional e língua oficial —, de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais.

Relativamente às definições acima, o espaço de enunciação é o modo de distribuir as línguas que estão em relação. Ou seja, a questão é qual é o lugar da língua materna para seus falantes, ou o da língua nacional, assim como o da língua oficial. E essa distribuição é sempre marcada por uma desigualdade politicamente construída, ou seja, a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para essa hierarquia. Se temos, por exemplo, num determinado espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua oficial, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo. No caso do Brasil, por exemplo, uma tribo indígena em que a língua do cotidiano é a língua indígena, essa será a língua materna e a língua oficial será o português. E esses índios, enquanto falantes, terão com a língua indígena uma relação e com o português, outra.

# O espaço de enunciação brasileiro

O espaço de enunciação do Brasil tem suas particularidades. Nele funcionam o português — língua oficial e nacional — as línguas indígenas e as línguas de imigração (para os efeitos desta exposição, vou desconsiderar a questão específica das línguas de fronteira e o funcionamento localizado do que permaneceu das línguas africanas). Esse espaço se constituiu como resultado de histórias muito particulares que produzem diferenças importantes. Temos, no caso do Brasil, a história da relação entre o português e as línguas indígenas, da relação entre o português e as línguas africanas, e da relação entre o português e as línguas de imigração.

Historicamente podemos considerar que no período que vai de 1532, início efetivo da colonização portuguesa do Brasil, até 1654 (saída dos holandeses), o espaço de enunciação brasileiro era constituído pelas línguas indígenas, pelo português (língua oficial do Estado português), pelas línguas africanas dos escravos,



Esta questão tem sido objeto de atenção da *Enciclopédia das línguas do Brasil*:  
[www.labeurb.unicamp.br/elb](http://www.labeurb.unicamp.br/elb)

pelo holandês (língua da colônia holandesa no Nordeste) e pelas línguas gerais (de base tupi). Estas últimas eram línguas francas, ou seja, línguas que eram praticadas entre povos cujas línguas maternas eram outras. As línguas gerais eram praticadas entre indígenas e portugueses, entre povos indígenas de línguas diferentes etc.

Com a saída dos holandeses o espaço de enunciação se modifica, pois desaparece uma língua européia de colonização, o holandês. Ao mesmo tempo, Portugal começa a desenvolver ações muito específicas para impor o português como a língua dominante no Brasil. O próprio processo de colonização, com a vinda para o Brasil de um número crescente de portugueses, é parte desse processo. Ao lado disso, há ações normativas, como aquela estabelecida pelo Marquês de Pombal, através do Diretório dos Índios (de 1757), que proibia o uso de línguas indígenas — portanto, as línguas gerais — em território brasileiro. Isso levou ao declínio das línguas gerais, e o português, que já era, desde o início, a língua oficial, passou a ser a mais falada no Brasil.

Uma nova mudança do espaço de enunciação brasileiro se consolida com a vinda da Família Real para o Brasil. Com ela vieram para o Rio de Janeiro aproximadamente 15.000 portugueses. A isso se acresce o fato de o Brasil ter passado a ser a sede do Império Português, o que deu à língua portuguesa um elemento de poder muito particular. O português tornou-se, então, a língua da capital do Império, e o Rio de Janeiro teve um aumento significativo de falantes portugueses vindos com o Rei. Além disso, como sabemos, nessa ocasião foram criadas duas instituições culturais decisivas para o Brasil: a Biblioteca Nacional e a Imprensa, que será, oficialmente, em língua portuguesa.

A partir da independência do Brasil, se dá ainda um novo quadro. De um lado, a língua oficial do Estado português (o Brasil até então era colônia de Portugal), enquanto língua mais falada do

Brasil, assume o caráter de língua nacional do Brasil. No próprio parlamento brasileiro, decide-se que o ensino da língua deve ser no Brasil através do uso da gramática da “língua nacional”. Utiliza-se o nome “língua nacional” como forma de não nomear a língua da nova Nação pelo nome do antigo colonizador. Esse fato é especialmente importante porque uma das formas fundamentais de indicação de pertencimento de um povo a uma nação era, segundo as posições do século XIX, a relação desse povo com sua língua. Havia uma relação imaginária, que hoje permanece, mas já abrandada, constitutiva da nacionalidade: um povo / uma nação / uma língua. Assim, a partir da Independência do Brasil, em 1822, a nova nação buscava marcar sua identidade política específica. E segundo a relação povo / nação / língua, a Nação Brasileira deveria ter uma língua que fosse sua e que fizesse parte do que a identificasse. É nessas condições que se põe a discussão da especificidade da língua do Brasil e que se passa a falar em Língua Nacional, como o nome da língua da Nação Brasileira. Essa era uma forma de contornar, no processo de nomeação, o embate entre dois outros nomes: Língua Portuguesa, de um lado, e Língua Brasileira, de outro.

Assim, o português do Brasil passa a ser não só a língua oficial, mas também a língua nacional. E, como tal, manterá relações, frequentemente conflituosas, com as línguas indígenas e também — a partir do momento em que crescem as imigrações para o Brasil — com as línguas dos imigrantes.



Sobre o debate em torno dos nomes da língua do Brasil, veja Dias (1996).



Sobre este assunto, veja também o volume *Línguas estrangeiras no Brasil. História e histórias*, de Carmen Zink Bolognini, Ênio de Oliveira e Simone Hashiguti, nesta coleção.

# Línguas do Brasil, civilização e cultura

**N**a história das Constituições brasileiras a questão da língua nacional aparece pela primeira vez na Constituição de 1946, que estabelece a obrigação do governo de constituir uma comissão de especialistas que decidisse sobre o nome da língua nacional (veja Apêndice II, no final deste livro). Essa comissão termina seu parecer concluindo que “O idioma nacional do Brasil é a *Língua Portuguesa*” (Silveira, 1960: 293). Essa conclusão, tal como mostrei em Guimarães (2000), sustenta-se decisivamente no argumento de que termos como língua o português garante que somos um povo civilizado:

- “Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem
- a vantagem de lembrar, em duas palavras — Língua Portuguesa —,
- a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação
- de povo civilizado”.

Silveira, 1960: 293.

Um outro aspecto correlacionado, que poderia ser citado, é que o Parecer também usa, no corpo do texto, a favor do nome *Língua Portuguesa*, o argumento de que os instrumentos de gramatização

(gramáticas, dicionários, descrições) tomam a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal como a mesma, concluindo, a partir disso, que ela é a mesma. Esse modo de argumentar mostra como, na história da **gramatização**, os instrumentos lingüísticos, como gramáticas e dicionários, são tomados como partes constitutivas da língua. Gramáticas e dicionários não só falam sobre a língua, descrevendo-a, normatizando-a, mas também passam a fazer parte de seu próprio funcionamento.

Vemos, assim, formulada a relação entre o português, o Brasil e o valor da civilização, que aí aparece no seu sentido de valor único para o desenvolvimento da história do homem. O Parecer conclui que o nome da língua nacional do Brasil é *Língua Portuguesa*, a partir do caráter “civilizado” da língua portuguesa. Isso opõe o português às demais línguas brasileiras (refiro-me às línguas indígenas), lançadas, por oposição, na categoria de línguas de povos primitivos. É interessante observar como esse Parecer mobiliza a categoria do civilizado tal como o pensamento de diversos lingüistas brasileiros da época, como Silva Neto, Lima Coutinho, Silveira Bueno e outros.

Se continuamos na observação das constituições brasileiras, veremos que a Constituição de 1988 traz uma novidade: pela primeira vez se formula a questão da língua oficial do Estado e também pela primeira vez se formula a questão das línguas indígenas. A formulação sobre a língua oficial se dá no Título II (“Dos Direitos e Garantias Fundamentais”), no seu Capítulo III (“Da Nacionalidade”). O artigo 13 diz: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. Assim a língua portuguesa é formulada como língua oficial e significada como língua nacional, mantendo o efeito de sobreposição de língua oficial e língua nacional.

**Gramatização.** Processo que se caracteriza pelo desenvolvimento de duas tecnologias (instrumentos gramaticais): a gramática e o dicionário. Sobre esse conceito, veja também Auroux (1994).



Veja também, sobre esse assunto, Guimarães (2004a).

A formulação sobre as línguas indígenas se dá no Título VIII (“Da Ordem Social”), no Capítulo VIII (“Dos Índios”). No artigo 231 o Estado reconhece aos índios “sua organização, costumes, línguas, crenças e tradições”.



Veja também, nesta coleção, os volumes

*O índio, a leitura e a escrita. O que está em jogo?*, de Marilda do Couto Cavalcanti e Terezinha de Jesus M. Maher, e *Línguas indígenas precisam de escritores? Como formá-los?*, de Wilmar da Rocha D’Angelis.

Aqui vemos como a questão das línguas indígenas se formula como uma questão relativa à cultura (no sentido antropológico) dos índios. Se a língua portuguesa é uma língua civilizada, as línguas indígenas são línguas de cultura. O efeito de língua primitiva não se desfaz.

Dessa maneira, o modo como se qualificam, ou seja, como se predicam as línguas na história constitucional consolida formalmente o caráter primitivo das línguas indígenas, e assim reitera o modo de distribuição dessas línguas no espaço de enunciação brasileiro.

# A diversidade do português do Brasil

**É** necessário considerar uma outra divisão própria do espaço de enunciação brasileiro: uma língua, ao funcionar, se divide em decorrência de sua relação com seus falantes. No espaço de enunciação, os falantes não são tomados enquanto indivíduos psicologicamente. O falante não é um indivíduo que escolhe sua língua. Os falantes são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas e suas divisões, e que nesta medida se distinguem lingüisticamente. Consideremos a língua portuguesa do Brasil desse ponto de vista.

Enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a Escola, a gramática e o dicionário. A estes se junta de maneira decisiva, hoje, a mídia. Essas instrumentações da língua trabalham incessantemente sua divisão entre o correto e o errado. E o que essa distribuição desigual faz com os falantes? Produz duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento: de um lado uma divisão vertical e, de outro, uma divisão horizontal.

A divisão vertical produz uma distinção entre duas variedades da língua (que vou aqui chamar de registros): o registro formal e o registro coloquial, sendo, especialmente este segundo, subdividido de diversos modos. O primeiro é a língua escrita dos documentos oficiais, dos textos da mídia, da ciência, da literatura e de outros gêneros correlatos. O segundo é a língua praticada no dia-a-dia e tem divisões muito variadas. Podemos considerar, de acordo com as descrições geralmente feitas pelos lingüistas, duas subdivisões: a língua coloquial de pessoas de alta escolaridade e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade. É a diferença entre, por exemplo, a língua coloquial de estudantes universitários, professores, profissionais liberais etc. e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade, comum na periferia das cidades, nas regiões rurais etc.

A divisão horizontal produz uma distinção entre variedades que em geral são chamadas de dialetos ou de falares. No Brasil não há ainda, a partir dos estudos mais recentes da lingüística, uma descrição global dessas diferentes divisões. Por isso, vou usar aqui a classificação dos falares de Antenor Nascentes, correndo os riscos relacionados às imprecisões nela contidas. Para Nascentes, há no Brasil sete falares: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista e incaracterístico.

A apresentação dessas divisões da língua levaria a pensar que elas funcionam em igualdade de condições em uma sociedade específica. Mas não é esse o caso. Essas divisões da língua são atribuídas a seus falantes politicamente. A distribuição não é de igualdade. O que se tem não é algo como:

**DIVISÃO 1 — DIVISÃO 2 — ... — DIVISÃO n**

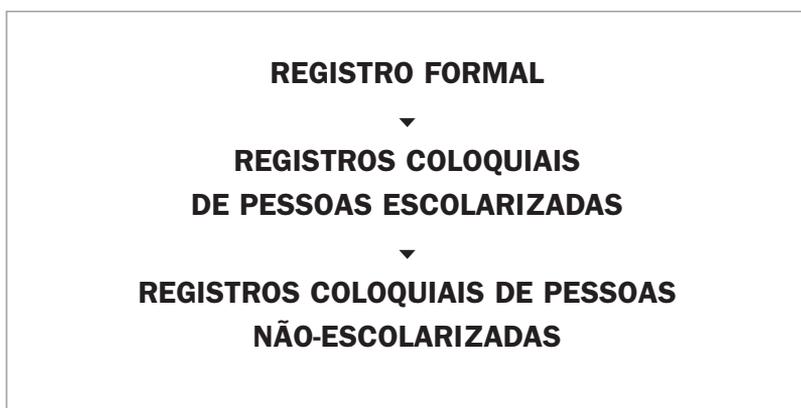
(O sinal — significa “corresponde”.)

Para avançar nesta reflexão, a primeira coisa a considerar é que a divisão que chamei de vertical é afetada por uma relação hierarquizada. Ela divide a língua de tal modo que suas divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não-pertencentes à língua. O registro formal passa a ser normativamente considerado *a língua*, e as demais divisões da língua são significadas como “erradas” (ou seja, como “fora da língua”). As instrumentações da língua, como gramáticas e dicionários, e as instituições reguladoras, como a Escola e a Mídia, têm nisso papel decisivo. Tem-se algo como:



(O sinal ▼ significa “superior a”.)

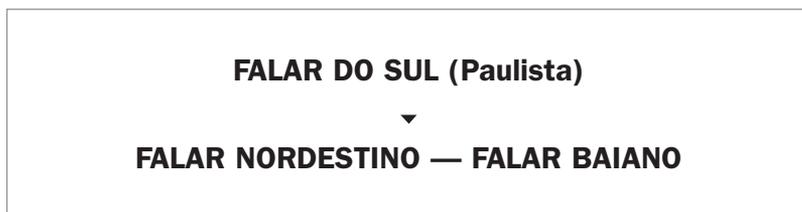
E as diversas línguas do cotidiano são hierarquizadas entre si, levando a uma valoração que podemos representar como:



Assim se constitui socialmente a idéia (o imaginário) do que é o *certo* e uma hierarquia de gravidade maior ou menor do *erro*. O regis-

tro formal é significado como correto e passa a ser tomado como a norma reguladora da língua, passa a ser ele mesmo a *língua*.

Por outro lado, as divisões horizontais são também politicamente hierarquizadas entre si. E essa hierarquização se torna mais específica quando a divisão horizontal é atravessada pela divisão vertical. Desse modo, certos falares regionais são significados só como línguas coloquiais, e mais especificamente como línguas coloquiais de pessoas não-escolarizadas. Ou seja, é como se numa língua regional (um falar) não houvesse a distinção registro forma–registro coloquial, e ela é interpretada como se fosse uniforme e sempre “errada”. Se tomarmos como exemplo o caso da cidade de São Paulo — especificamente a questão da relação dos falares do português que ali ocorrem em virtude da migração interna que teve como destino essa cidade —, poderíamos observar que há, por exemplo, entre os falares regionais, algo como:



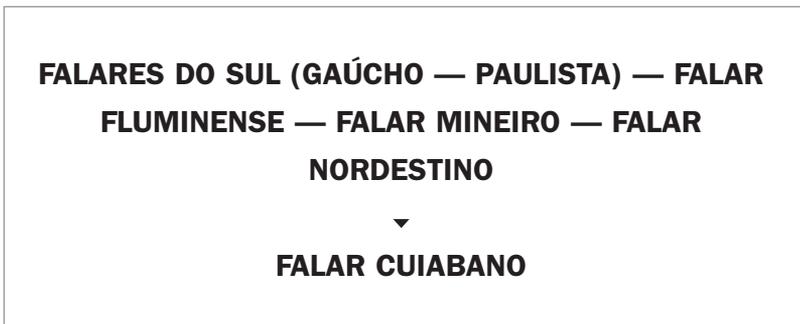
(O sinal ▼ significa “superior a” e o sinal — significa “corresponde”.)

Essa configuração da hierarquização para o espaço de enunciação, tomando como ponto de observação as divisões das línguas na cidade de São Paulo, se sustenta na observação do modo como, por exemplo, a Escola não aceita os diversos falares regionais, corrigindo-os a partir do falar paulista.

Essa hierarquia que distribui politicamente as divisões horizontais da língua é afetada pela primeira (a hierarquia dos registros) e se produz como resultado que a língua do Nordeste é afastada do registro formal (como se não houvesse um modo formal de falar nordestino).

A que isso leva? Leva a crer que, para os falantes desses falares não-incluídos, a língua formal não é a sua. No caso do exemplo citado, a língua formal é a do sul (paulista). E todas as línguas dos imigrantes nordestinos são assim significadas como erradas. Vai-se assim mais longe do que simplesmente a reduzir a língua a seus registros coloquiais.

Um outro exemplo, entre outros que podemos dar, é o de uma região do Mato Grosso onde podemos encontrar o falar cuiabano, que não apareceu na classificação dos falares de Antenor Nascentes e que é próprio de uma região que fica no extremo-norte da região em que se encontra o falar sulista, e na fronteira com a região do falar incharacterístico, da classificação daquele autor. Essa região recebeu, nos últimos 30 anos pelo menos, um grande afluxo de imigrantes de outras regiões do Brasil, notadamente do Sul, do Sudeste e do Nordeste. Para essa região, levando em conta também o modo como a Escola não aceita o falar cuiabano, tratando-o como “erro”, como “fala de bugre”, o que podemos encontrar é o que representamos no quadro a seguir:



Assim encontramos dois modos de funcionamento de falares de uma certa região relativamente aos de outras regiões que com ele convivem em virtude de relações entre línguas que a história propicia.

No caso de São Paulo, o falar local é tomado como hierarqu-

camente superior. Contrariamente a esse caso, quanto ao falar cuiabano, o falar local da região correspondente do Mato Grosso é tomado como hierarquicamente inferior e, assim, “errado”.

Essa divisão, que elege um falar (ou falares) em detrimento de outro ou outros, assume maior gravidade se observamos que a hierarquia traz consigo, além da sobreposição da língua oficial e da língua nacional, a sobreposição destas à língua materna (os falares específicos politicamente excluídos: o nordestino e o baiano no caso de São Paulo, e o cuiabano no caso de Mato Grosso). Com essa sobreposição, o português não é só a língua nacional e oficial, mas também a língua materna de todos os brasileiros. Desse modo, se um falar regional é identificado com o registro coloquial do português, então essa língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial. E, ao mesmo tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é a língua materna deles enquanto brasileiros (é como se eles nunca falassem certo — ou, pior, como se nunca falassem).

A isso se acrescenta um outro fato de ordem política: a distinção escrito/oral se sobrepõe também à língua oficial/língua nacional. Essa sobreposição identifica língua oficial e nacional com língua escrita, identificando, ao mesmo tempo, língua oral com registro coloquial. E, mais que isso, a divisão vertical formal, com os parâmetros do escrito, de um falar regional privilegiado (do sul, ou fluminense, por exemplo), é politicamente significada como a *língua*. Ou seja, o registro formal *da língua* é identificado com a língua escrita de um falar regional politicamente privilegiado, que assim passa a ser visto como língua nacional e de todos.

O efeito final na construção da representação do certo contra o errado se dá pela naturalização de todas essas configurações políticas no espaço de enunciação. O que chamo aqui de naturalização é o fato de que, à medida que essas sobreposições e hierarquizações operam, elas passam a ser vistas como próprias da

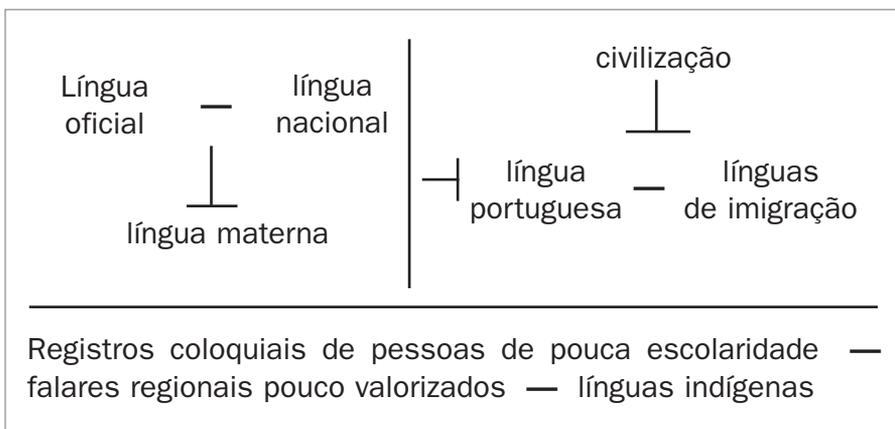
língua, ou seja, como da língua enquanto objeto que recebemos tal como é, em virtude de sua natureza (uma pedra é uma pedra, uma árvore é uma árvore, uma língua é uma língua). Assim, a distribuição política das línguas para seus falantes, que é histórica, é tomada como natural e instala-se a norma como algo da “natureza”. A língua se aproxima do biologicamente dado.

Compreender o caráter político do espaço de enunciação é parte de um processo para se saber como mudar/afetar nosso espaço de enunciação refazendo-o.

## Conclusão

O espaço de enunciação brasileiro se caracteriza por uma sobreposição muito particular entre língua oficial, língua nacional e língua materna. Acresce-se a essa sobreposição uma outra, a do escrito sobre a língua do Estado (oficial). Desse modo não resta nem às línguas indígenas, nem às divisões regionais do português a condição de língua materna para seus falantes enquanto brasileiros.

A história das relações de línguas no Brasil organizou o espaço de línguas brasileiro a partir do valor da civilização que determina a língua oficial e nacional. E, nessa medida, o valor da civilização predica (caracteriza) positivamente o registro formal dos falares prestigiados. Em contrapartida, tudo o que não entra no predicado de civilizado é primitivo. E o primitivo predica, por serem excluídas do que se considera civilizado, as divisões não prestigiadas do português e as línguas indígenas e africanas. Poderia dizer que temos relações como as que seguem:



(O sinal ⊥ significa “determina”; — significa “corresponde” e a barra horizontal de separação significa “em oposição a”.)

Isso significa que as línguas indígenas, os registros e os falares pouco valorizados são línguas maternas, mas além de significados como errados, não são vistos como língua materna de brasileiros (ou seja, para ser brasileiro é preciso falar “certo” segundo todo esse processo ideológico e político de distribuição das línguas). São também significados como línguas de cultura por oposição às línguas civilizadas. Esses registros e falares pouco valorizados são, assim, significados como primitivos. Enquanto línguas de cultura, são línguas de identidades locais (disso resulta sua interpretação como exóticas) e não de identificação com a nação, com o povo brasileiro.

Por isso é que consideramos que um trabalho fundamental para o quadro das línguas do Brasil seria desfazer essa sobreposição. Assim, distinguir-se-ia, de um lado, língua materna de língua nacional e língua oficial, e, de outro, língua escrita de língua coloquial. Com isso é possível descartar o normativo e o conceito de certo e errado, assim como não separar os falantes dessas línguas de sua brasilidade. E — mais importante que isso — desfazer essa sobreposição faria desaparecer a distinção entre civilização (valor único) e cultura (valores relativos).



Veja também, a esse respeito, as obras *O índio, a leitura e a escrita. O que está em jogo?* e *Línguas indígenas precisam de escritores? Como formá-los?*, desta coleção, já recomendadas anteriormente.

Acredito que a determinação da língua portuguesa como língua civilizada no espaço de línguas do Brasil tem sido determinante no modo de se sustentarem posições normativas muito duras nas instituições que lidam com a língua, como a Escola e a Mídia. Além da noção de erro, dá-se que as línguas indígenas, os registros e falares não-legitimados ficam fortemente afeta-

dos pelo sentido do primitivo, do grosseiro, do selvagem (ou do exótico), por exemplo.

Note-se ainda como o conceito de civilização como valor único, ao substituir, nas relações entre as sociedades humanas, o de colonização, conseguiu uma extraordinária forma de sobrevida no modo de estabelecer relações de supremacia entre grupos sociais, povos, nações, países etc.

Ao mesmo tempo, com esse tipo de deslocamento político, a questão das línguas de imigração não seria uma ameaça contra o Estado, já que a língua materna, ou mesmo a língua nacional, não se sobreporia à língua oficial. E elas não estariam distanciadas, como civilizadas, das línguas e falares e registros “primitivos”. Como resíduo interessante desse deslocamento teríamos ainda uma ação de política de línguas no Brasil contra a possibilidade de estabelecimento de uma língua franca global, como se pretende com o inglês. O inglês apareceria como mais uma língua, ao lado das línguas do Brasil e de outras línguas de outras nações. E não se trata de produzir regulações sobre as línguas, mas de produzir uma reorganização no modo de distribuir as línguas para seus falantes no espaço de enunciação brasileiro.

# Apêndice I

## O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NACIONAL DO BRASIL

### UM PARECER DE ERUDITOS

Este texto retoma, com modificações, parte de “Língua de civilização e línguas de cultura. A Língua Nacional do Brasil”, de Eduardo Guimarães, publicado em *Os discursos do descobrimento*, organizado por Barros, D. L. P. (2000) e publicado pela Edusp.

A questão da Língua Nacional aparece na Constituição de 1946, através da determinação, feita no artigo 35 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, que diz:

*“O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional”.*

Na medida em que esse Parecer acabou por decidir que o nome da Língua Nacional do Brasil é *Língua Portuguesa*, é de grande importância que o analisemos. Para esta análise vou considerar dois aspectos: primeiro, o funcionamento performativo do texto, que é, para mim, histórico; em seguida, a construção dos argumentos para a conclusão que o Parecer sustenta.



Cito aqui o Parecer a partir de *Lições de Português*, de Souza da Silveira, que o incluiu como apêndice a partir de sua 5ª edição, em 1950. Veja o documento, na íntegra, no Apêndice II, no final deste volume.

### Deslizamento enunciativo e performatividade

Antes de mais nada, definamos o que é performatividade. Consideramos que a **performatividade** de uma enunciação é a ação que ela realiza de estabelecer relações específicas entre

seus interlocutores. No nosso caso, temos como performatividade o estabelecimento de uma nomeação, de um batismo, diríamos. Ou seja, o Parecer corresponde a algo como “A comissão designada pelo Governo, por determinação da Constituinte, nomeia (batiza) *oficialmente* o idioma nacional do Brasil de *Língua Portuguesa*, em virtude das razões que ela própria apresenta”. Observemos também que essa nomeação se dá sob o modo da afirmação do reconhecimento de uma realidade existente. É nessa medida que o Parecer resulta em que, se antes poderia haver uma discussão sobre o nome da língua do Brasil, a partir de então essa discussão não terá mais lugar, do ponto de vista jurídico, oficial, do Estado.

Pela própria forma como parafraseamos acima a performatividade do Parecer, vemos que ela apresenta uma complexidade muito particular. E essa complexidade cresce se observamos ainda outros aspectos envolvidos na enunciação do documento. Ele é formulado por um filólogo, Souza da Silveira, que é o relator da comissão, e é aprovado — tornado, portanto, texto a ser enviado ao Governo brasileiro — por uma Comissão que incluía cinco membros da Academia Brasileira de Letras, quatro membros da Academia Brasileira de Filologia, um General (Inspetor Geral do Ensino Militar), dois Reitores de universidade, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e dois Deputados.

Vemos, então, que o acontecimento enunciativo desse texto se movimenta do lugar do especialista (filólogo) para o lugar do campo do saber e do ensino (Comissão). E esse deslizamento é constitutivo da performatividade do texto, ou seja, da nomeação que ele realiza.

Há um segundo movimento nesse acontecimento enunciativo: da formulação do relator filólogo consta um endereçamento do texto ao Ministro da Educação, ou seja, no plano da formulação técnica inicial está marcado o lugar do Governo, destinatário do

Parecer por ter sido o constituidor da Comissão, que assim marca, desde o início, o lugar da comunidade de saber do Brasil (pela via da Comissão) como instância enunciativa. O texto só se endereça ao Ministro enquanto texto da Comissão, e não enquanto texto do filólogo.

Há, ainda, um outro deslizamento: a garantia performativa da aprovação da Comissão, ou seja, o lugar de legitimação de sua performatividade, é uma decisão da Constituinte brasileira de 1946. Decisão que, mesmo se dando (ou talvez por isso) nas disposições transitórias, transforma em permanente a decisão da Comissão, ou seja, a decisão da Comissão é a decisão da Constituinte, do Estado.

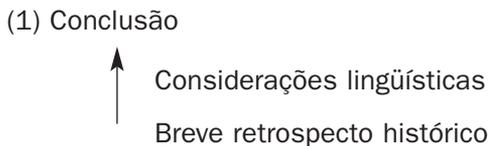
Mas a Constituinte, para realizar sua determinação, fez deslizar para o Governo (o Presidente da República e o Ministro da Educação) o poder para constituir a Comissão Especial. Desse modo, desliza para o Poder Executivo a formação da Comissão que decidirá sobre a questão. A decisão que é, por todos esses meandros, da Constituinte, o é enquanto passa pelo Governo, ou seja, enquanto o Executivo toma parte crucial na formulação da decisão constituinte. E é tanto mais importante esse aspecto se consideramos que está em questão indicar pessoas tomadas como preparadas por suas qualidades intelectuais e, assim, capazes de decidir sem engano sobre uma questão de identidade nacional.

### **Argumentos para uma língua nacional**

Como segunda parte de nossa análise, passemos à construção da argumentação do texto.

A organização geral do texto do Parecer se dá como a apresentação de dois grupos de argumentos que sustentam uma conclusão. Há duas partes, chamadas “Breve Retrospecto Histórico” e “Considerações Lingüísticas”, que levam à última parte, “Conclusão”. Usando aqui a noção de escala argumentativa de

Ducrot (1983), como recurso de representação para nossa análise, diria que o texto tem a seguinte organização argumentativa:



E qual é a conclusão do Parecer? “O nome do idioma nacional do Brasil é *Língua Portuguesa*” (Silveira, 1960: 293).

E como se constituem esses argumentos? Que predicções, que características determinam *Língua Portuguesa*?

Tomemos o primeiro grupo de argumentos. “Breve Retrospecto Histórico” inclui:

- a) o Brasil foi descoberto por Portugal e a Língua Portuguesa foi se propagando no Brasil;
- b) no contato com as línguas indígenas, a Língua Portuguesa, como instrumento de uma civilização, se impôs;
- c) a Literatura Brasileira é em Língua Portuguesa;
- d) mesmo alguns grandes autores que não se pautavam pelo “bom tipo lingüístico”, acabaram por acompanhá-lo;
- e) os brasileiros pensam, monologam, conversam (no lar, na rua, na escola, na imprensa, na tribuna etc.) em Língua Portuguesa.

 Sobre minha concepção de argumentação e funcionamento da orientação argumentativa, veja Guimarães (1995).

A primeira grande questão é que basicamente todos esses **argumentos** são, em certa medida, **paráfrase** de “*Falava-se e escrevia-se e falava-se e escreve-se no Brasil a Língua Portuguesa*”, que é argumento para a conclusão “*o Idioma Nacional do Brasil é a Língua Portuguesa*”. E o que faz com que a conclusão não seja aqui, simplesmente, paráfrase completa do argumento? Ou melhor: que diferença é sustentada pelo argu-

**Paráfrase.** Relação entre enunciados que se caracteriza por uma semelhança de sentidos entre eles.

mento? A diferença é o predicado que atribui nacionalidade brasileira (“no Brasil”) para a *Língua Portuguesa*.

Essa atribuição de nacionalidade brasileira se dá não por uma relação de predicação ou determinação específica. Não há, por exemplo, uma frase como “A língua portuguesa tem nacionalidade brasileira”. De um certo modo pode-se ver como a ordenação dos argumentos apresenta o argumento e, indicado acima, como decisivo, já que ele é o último a ser apresentado pelo acréscimo, sem marcação especial, de parágrafos que formulam tais argumentos. Para melhor analisá-lo, tomemo-lo na forma como foi enunciado no Parecer:

*“É a língua portuguesa aquela em que nós, brasileiros, pensamos; em que monologamos; em que conversamos; que usamos no lar, na rua, na escola, no teatro, na imprensa, na tribuna; com que nos interpela, na praça pública, o transeunte desconhecido que nos pede uma informação; é, por assim dizer, a nossa língua de todos os momentos e de todos os lugares”.*

Pode-se observar que esse argumento é construído por uma conjunção (uma reunião por adição) de afirmações em que a língua portuguesa aparece como “instrumento” de pensamento, de monólogo, de conversa de todos os brasileiros, nos quais o autor se inclui pelo *nós* de “em que nós, brasileiros”. E mais que isso, essa língua em que pensamos etc. é a “*nossa língua*”. Ou seja, a Língua Portuguesa é a *nossa língua* (dos brasileiros). Dá especial força a essa posse da língua o fato de, depois de uma longa conjunção de afirmações sobre a língua, aparecer o último enunciado introduzido por “por assim dizer”, que afirma a posse da língua pelos brasileiros. Assim o enunciado que finaliza o argumento e afirma a posse reescreve, como um resumo, tudo o que se disse antes. Desse modo ele dá a tudo o que se disse antes no argumento o sentido da posse da língua pelos brasileiros. A língua portuguesa ganha a nacionalidade daque-

les que a falam: os brasileiros. Atribui-se a ela a nacionalidade brasileira.

Mas há outros aspectos ainda a considerar. Os argumentos *a* e *b*, citados, introduzem uma predicação especial para Língua Portuguesa: ela é um instrumento de civilização superior. Essa predicação se apresenta como um rememorado em “Assim, o português, expressão de uma civilização mais adiantada, triunfou sobre o Tupi”. Voltarei a isso posteriormente.

O argumento *d* coloca um modelo de vernaculidade purista para o Português (de Portugal). Ou seja, no Brasil, apesar das tendências de mudança, não houve mudanças importantes, decisivas.

Tomemos agora o segundo conjunto de argumentos (“Considerações Lingüísticas”). Temos aí incluído que:

- a)** os brasileiros iam se formar em Portugal;
- b)** os grandes poetas épicos brasileiros escreviam em excelente Língua Portuguesa “com os olhos voltados para os monumentos literários de Portugal”;
- c)** os estudos lingüísticos mostram que a língua nacional é a Língua Portuguesa com pequenas diferenças (pronúncia brasileira, pequenas divergências silábicas, vocabulário enriquecido por palavras indígenas e africanas);
- d)** quando se desconhece uma palavra de um autor português, tal como de um brasileiro, se recorre a um dicionário mono-língüe e não a um dicionário bilíngüe;
- e)** os lingüistas, nos estudos de geografia lingüística, incluem a língua do Brasil no domínio Português.

O primeiro aspecto a observar é que os argumentos *a* e *b* continuam a argumentação do primeiro conjunto de argumentos (“Breve Retrospecto Histórico”). O argumento *c* diz que as descrições mostram que a língua do Brasil é a mesma de Portugal com

variações, mas esse argumento não apresenta uma descrição; conta-a, simplesmente, ou seja, toma um discurso da filologia em bloco como homogêneo e como demonstrador da semelhança da língua no Brasil e em Portugal.

Os argumentos *d* e *e* trazem uma novidade como procedimento argumentativo. Os instrumentos de gramatização (dicionários, gramáticas, descrições) tomam a língua como a mesma, portanto ela é a mesma (poderíamos dizer que o argumento *b* tem também essa característica). Aqui está consignada uma questão importante para a história da gramatização: como os instrumentos são tomados como parte, como constitutivos da língua. Como diria Auroux (1994), “próteses” dessas línguas. Esses instrumentos (gramáticas e dicionários), são extensões da memória, que funcionam como reguladores de nosso uso da língua.

Aqui a construção argumentativa parece ter uma complexidade diferente:

(2) A língua é a mesma (no Brasil e em Portugal)



Assim o argumento de descrição lingüística que aqui aparece é só a afirmação de que ela existe e funciona de um certo modo. E isso é dado *como descrição* suficiente da língua para daí concluir algo. E é essa argumentação que é argumento para a “Conclusão” do Parecer. Conclusão que, em um primeiro passo, é “o Idioma Nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”. Podemos, então, dizer que é a seguinte a argumentação global do Parecer:



Sobre esta questão, relativamente à Língua Portuguesa no Brasil, veja Guimarães (1996) e Orlandi e Guimarães (1998).

(3) A denominação do idioma nacional do Brasil deve ser Língua Portuguesa

↑  
O idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa

↑  
A Língua no Brasil e em Portugal é a mesma

- Eu afirmo que filólogos, dialetólogos, dicionaristas dizem que a língua no Brasil e em Portugal é a mesma.
- Falava-se e escrevia-se e fala-se e escreve-se no Brasil a Língua Portuguesa.

Analisemos agora, com mais detalhes, a conclusão do Parecer. Ela tem três enunciados. O primeiro diz que à vista do que fica exposto a comissão reconhece e proclama a seguinte verdade: “O Idioma Nacional do Brasil é a *Língua Portuguesa*”. O segundo diz que isso leva à consequência de que o nome do idioma deve ser Língua Portuguesa. Ou seja, a conclusão final, atendendo à determinação constitucional, é, como vimos em (3):

(3a) A denominação do idioma nacional do Brasil deve ser Língua Portuguesa.

↑  
O idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa.

Interessante é ainda a última enunciação da “Conclusão”, ou seja, do Parecer:

*“Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras — Língua Portuguesa — , a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado”* (Silveira, 1960: 293).

Essa afirmação retoma como última coisa a dizer uma das determinações do Argumento Histórico: a Língua Portuguesa se impôs no Brasil por ser instrumento de civilização superior às línguas indígenas. Assim se tem no Parecer uma argumentação late-

ral àquela que se mostra como constituidora da organização do texto. Essa argumentação lateral é a seguinte:

(4) O nome do idioma nacional do Brasil é Língua Portuguesa.

- 
- Nomear a Língua Nacional de Língua Portuguesa tem a vantagem de lembrar a História do Brasil como a de um povo civilizado.
  - A Língua Portuguesa se impôs no Brasil por ser instrumento de civilização superior às línguas indígenas

... que assume neste jogo argumentativo (marcado pelo “além de ser... tem...” ) a força não só de uma argumentação no texto, mas da indicação de uma razão decisiva para os brasileiros se identificarem enquanto falantes da Língua Portuguesa, ou seja enquanto povo civilizado.

Se podemos, pela mobilização deste recorte que significa, em momentos distintos do texto, o aspecto civilizatório, estabelecer essa relação argumentativa, podemos também ver como esta argumentação paralela aparece, no quadro da argumentação global do texto, não só como um argumento, mas como o argumento decisivo, que tem, inclusive, a característica de independer da argumentação produzida pelos argumentos do *Breve Histórico* e da *Descrição Lingüística*.

É nesta medida que a Constituição de 1946 mantém na memória brasileira o sentido de que no Brasil se fala uma só língua, isto é, que enquanto povo civilizado o povo brasileiro só fala uma língua.

## **Conclusão**

A análise que acabamos de fazer apresenta uma compreensão a respeito de um documento que teve papel decisivo na questão das políticas lingüísticas no Brasil. Especificamente resolve um problema de nomeação do idioma, e assim se estabelece o modo como os próprios brasileiros devem se referir a um dos elementos

culturais decisivos na constituição da sua nacionalidade, ou seja, no processo de identificação social dos indivíduos.

Pode-se observar como o texto do Parecer não faz efetivamente uma descrição “da língua” do Brasil. O que o Parecer faz é produzir uma argumentação constituída, fortemente, por uma narração. Em outras palavras, conta coisas sobre a história da língua e do estudo da língua no Brasil e apresenta essa narração como a descrição das características dessa língua. Essa operação narrativa que constitui a argumentação aparece, assim, como o processo pelo qual o saber é transformado em argumento para uma tomada de decisão no plano do Estado. E isso está diretamente relacionado com o que tratamos acima como o modo de constituição da performatividade do Parecer.

Para terminar esta análise, é interessante relacionar a performatividade do texto do Parecer com sua construção argumentativa. Até porque isso pode nos levar a refletir sobre as relações do conhecimento e do funcionamento do Estado e, muito especificamente, pode nos levar a refletir sobre as relações do conhecimento sobre a língua e o Estado.

Como vimos, a constituição da performatividade do Parecer (a nomeação do idioma nacional como Língua Portuguesa) faz deslizar o que se apresenta (a narração, pelo locutor do Parecer, da descrição de uma língua) como uma *descrição* científica objetiva. Ou seja, narrar uma descrição feita antes e em outro lugar aparece como a própria descrição. E essa narração passa a significar uma tomada de decisão constitucional. O argumento de um campo de saber é, assim, não mais um argumento de saber, mas as razões de uma decisão que constitui um Estado, uma Nação.

## Apêndice II

### DENOMINAÇÃO DO IDIOMA NACIONAL DO BRASIL

Para cumprir o art. 35º das disposições transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, o qual determina: “O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional”, foi constituída a seguinte comissão:

Embaixador José Carlos de Macedo Soares	}	da Academia de Letras
Dr. Cláudio de Sousa		
Dr. Afonso de Taunay		
Professor Pedro Calmon		
Dr. Levi Carneiro		

Professor Sousa da Silveira	}	da Academia de Filologia
Pe. Augusto Magne		
Professor Clóvis Monteiro		
Professor Júlio Nogueira		

Gal. Fortes de Oliveira, Inspetor Geral do Ensino Militar

Professor Inácio Manuel Azevedo do Amaral, Reitor da  
Universidade do Brasil

Pe. Leonel Franca, Reitor da Universidade Católica

Dr. Hebert Moses, Presidente da Associação Brasileira de  
Imprensa

Dr. Gustavo Capanema, ex-Ministro da Educação	}	Deputados Federais
Dr. Gilberto Freire		

A Comissão elegeu para seu presidente o Embaixador Macedo Soares, para vice-presidente o Dr. Cláudio de Sousa e para relator o Professor Sousa da Silveira.

O Professor Sousa da Silveira apresentou o seguinte relatório aprovado unanimemente pela Comissão, ao Ministro da Educação, que então era o Professor Ernesto de Sousa Campos:

“Sr. Ministro:

A Comissão, designada por V. Ex<sup>a</sup>., com a aprovação do Sr. Presidente da República, para cumprir a determinação contida no art. 35º do Ato das Disposições Transitórias, apenso à Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro do corrente ano, tem a honra de trazer ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> o resultado dos seus trabalhos.

### **BREVE RETROSPECTO HISTÓRICO**

Descoberto o Brasil pelos portugueses em 1500, tomada posse da terra em nome do Rei de Portugal, e iniciada anos depois a colonização, a língua portuguesa foi trazida para cá, e pouco a pouco se foi propagando.

Encontrou-se, como era natural, com a língua dos índios; e, durante algum tempo, foi mesmo o tupi falado em maior proporção do que o português.

Não tardou, porém, que se verificasse um princípio lingüístico que se tem reconhecido como verdadeiro: postas em contato duas línguas, um instrumento de uma civilização muito superior à civilização a que a outra serve, esta cede o seu terreno à primeira. Assim, o português, expressão de uma civilização mais adiantada, triunfou sobre o tupi.

Desde os primeiros tempos da nossa história, já apareciam, escritas *em português*, obras relativas ao Brasil; e toda a nossa literatura, de então para cá, tem sido vazada em língua portuguesa.

Os nossos mais altos escritores, uns com maior, outros com menor apuro estilístico, estes aproximando-se mais, aqueles

menos, do padrão ideal da língua literária, todos escreveram em português. Assim o fizeram José Bonifácio, João Francisco Lisboa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Fagundes Varela, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Manuel António de Almeida, Alencar, Macedo, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Rui Barbosa, Taunay, Afonso Arinos, Euclides da Cunha, Raul Pompéia, João Ribeiro, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Vicente de Carvalho, etc., etc.

A própria literatura nossa regional exprime-se numa língua que, apesar de tudo, não deixa de ser a portuguesa; e o falar dialetal da nossa gente inculta é, na essência, língua portuguesa.

Alguns dos grandes escritores brasileiros, como Rui Barbosa, João Ribeiro e Raimundo Correia, que no princípio da sua carreira literária, embora escrevessem em português, se afastavam um pouco do bom tipo lingüístico, esforçaram-se depois por acompanhá-lo de mais perto, e conseguiram tornar-se modelos da mais formosa vernaculidade.

É a língua portuguesa aquela em que nós, brasileiros, pensamos; em que monologamos; em que conversamos; que usamos no lar, na rua, na escola, no teatro, na imprensa, na tribuna; com que nos interpela, na praça pública, o transeunte desconhecido que nos pede uma informação; é, por assim dizer, a nossa língua de todos os momentos e de todos os lugares.

## **CONSIDERAÇÕES LINGÜÍSTICAS**

É inteiramente falso dizer-se que, assim como do latim vulgar transplantado para o ocidente da Península Ibérica resultou o idioma português, assim do português trazido para o Brasil resultou a língua brasileira.

Proceder desse modo é comparar fatos diversos, e a conclusão a que se chega percorrendo semelhante caminho será, forçosamente, errada.

O latim vulgar levado para o ocidente da Península Ibérica e adotado por língua própria pelas populações que lá habitavam — de civilização inferior à dos romanos —, esteve longo tempo sem escrever-se; e, depois da queda do Império Romano do ocidente, ficou entregue à ação das forças naturais de evolução e diferenciação; quando, mais tarde, foi adotado como língua escrita, estava muitíssimo diversificado do padrão latino da língua clássica, conservado nas obras dos grandes escritores romanos e imitado pelos escritores do Baixo Latim.

Comparado esse latim vulgar evolvido com o antigo latim dos documentos, literários ou não, ele apresenta diferenças de estrutura fonética, de morfologia e de sintaxe, que constituem características suficientes para torná-lo uma nova língua, independente do latim, embora dele derivada.

Com o português transplantado para o Brasil outros, bem outros são os fatos. Nunca ficou em abandono igual ao do latim vulgar na Península Ibérica; ao contrário, esteve sempre em contato com o da Metrópole, onde a literatura atingiu alto cume no século XVI e continuou seu desenvolvimento florescente até os nossos dias. Frei Vicente do Salvador, nascido no Brasil, escrevia em português a sua *História do Brasil*; o Padre Antônio Vieira pregava no Brasil muitos dos seus *Sermões*; Moraes, nascido no Brasil, compunha o seu *Dicionário da Língua Portuguesa*; brasileiros iam a Portugal e formavam-se na Universidade de Coimbra; D. João VI, com a sua corte, veio para o Rio de Janeiro e aqui permaneceu por mais de uma década. Os nossos grandes poetas épicos Santa Rita Durão e Basílio da Gama; outros ilustres poetas nossos, como Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, etc., escreviam em excelente língua portuguesa, com os olhos sempre voltados para os monumentos literários de Portugal.

Os estudos lingüísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a língua portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio.

Ainda mais: esses estudos, à proporção que se ampliam e se aprofundam, reduzem a lista dos brasileirismos, mostrando que alguns deles existem em dialetos portugueses (parecendo que de Portugal nos vieram) e que se outros podem ser admitidos como inovações nossas, podem também considerar-se relíquias brasileiras de arcaísmos portugueses.

As palavras brasileiras são iguais às portuguesas na sua composição fonética, apenas diferindo na pronúncia; os nomes de números são os mesmos em Portugal e no Brasil; as conjugações são as mesmas, num e noutro país; as mesmas são também as palavras gramaticais: os pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos), os artigos, os advérbios (de tempo, modo, quantidade, lugar, afirmação, negação), e as preposições e as conjunções. Em geral é o mesmo gênero gramatical, cá e lá. São as mesmas as regras de formação do plural, o mesmo sistema de graus de substantivos e adjetivos; os mesmos os preceitos das concordâncias nominal e verbal; quase na totalidade dos casos é a mesma a regência dos complementos dos nomes e dos verbos; o mesmo o emprego de modos e tempos, e a mesma a estrutura geral do período quanto à sucessão das orações e à ligação de umas com as outras.

Lemos e compreendemos tão bem uma página de Eça de Queirós, quanto uma de Machado de Assis; e, quando, em escritos de autor brasileiro ou português, desconhecemos o significado de qualquer palavra, recorremos, salvo tratando-se de algum termos muito restritamente regionalista, a um dicionário da

*Língua Portuguesa*; nunca o brasileiro, para ler, compreendendo, um jornal ou livro português, precisou aprender previamente a língua de Portugal como se aprende uma língua estrangeira; não há dicionário *português-brasileiro*, nem *brasileiro-português*, como há, por exemplo, dicionário português-espanhol e espanhol-português; a gramática da língua nacional do Brasil é a mesma gramática portuguesa.

Afirmações idênticas a essas que acabamos de fazer não teriam lugar se comparássemos o português com o espanhol, não obstante serem línguas românicas parecidíssimas uma com a outra: é que espanhol e português são línguas diversas, ao passo que é a *mesma língua* a que se fala e escreve no Brasil e a que se fala e escreve em Portugal.

Quando os lingüistas tratam da geografia das línguas românicas, incluem a língua do Brasil no domínio do português; e nas estatísticas relativas ao número de pessoas que falam as grandes línguas do globo, o povo brasileiro figura entre os de língua portuguesa.

## CONCLUSÃO

À vista do que fica exposto, a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a *Língua Portuguesa*.

E, em conseqüência, opina que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: *Língua Portuguesa*.

Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras — *Língua Portuguesa* —, a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1946.

SOUSA DA SILVEIRA, relator.

Fonte: SILVEIRA, S. da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

# Bibliografia

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

- ▶ Esta obra trata do conceito de gramatização e da história da gramatização desde a Antiguidade. Dá especial atenção ao processo massivo de gramatização das línguas modernas a partir do século XVI.

DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas: Pontes, 1996.

- ▶ O livro analisa o embate sobre as nomeações da língua oficial do Brasil: língua portuguesa ou língua brasileira. O estudo incide fundamentalmente sobre a década de 1930, quando este debate teve especial relevo.

DUCROT, O. “Les échelles argumentatives”. *La preuve et le dire*. Paris: Mame, 1983.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. “Sinopse dos estudos do português no Brasil. A gramatização brasileira”. *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_ . “Língua nacional e línguas de cultura. A língua nacional do Brasil”. In BARROS, D. L. P. (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

\_\_\_\_\_ . *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_ . *História da semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_ . “Civilização na Lingüística Brasileira”. *Matraga*, 16. Rio de Janeiro: UERJ, 2004a.

\_\_\_\_\_ . “A língua portuguesa no Brasil”. *Ciência e Cultura*. Abril. São Paulo: SBPC, 2005 (no prelo).

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E. P. “Identidade lingüística”. *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. (org.) *História das idéias lingüísticas no Brasil*. Campinas: Pontes / Cáceres: Unemat Editora, 2001.

- ▶ É uma obra com artigos de diversos especialistas, cobrindo diversos aspectos da história dos estudos do português, das línguas indígenas e africanas no Brasil.

\_\_\_\_\_ . *Línguas e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2001.

- ▶ Faz um importante estudo sobre a relação da língua com o conhecimento que se produz sobre ela.

\_\_\_\_\_ . *Terra à vista*. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_ . *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. (orgs.) *Institucionalização dos estudos da linguagem. A disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes/Capes, 2002.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SILVEIRA, S. da (1923). *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

